

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDO E PESQUISA DO
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ANO XVI
VOLUME 24
NÚMERO 1
(JAN-JUN)
2016
PP. 134-153.

INAUGURANDO A NARRATIVA DIDÁTICA DA FUTURA NAÇÃO: A HISTÓRIA DO BRASIL NO COLÉGIO PEDRO II (1840-1850)

(INAUGURATING THE NARRATIVE DIDACTICS OF THE FUTURE NATION: THE HISTORY OF BRAZIL IN THE COLLEGE PEDRO II (1840-1850))

ME. LUÍS CÉSAR CASTRILLON MENDES

Professor Substituto do Curso de História da Universidade do Estado de Mato Grosso¹

l.cesar69@hotmail.com

RESUMO: O militar Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde (1802-1839) foi o primeiro a escrever uma obra de história utilizada com finalidades “didáticas” em uma instituição de ensino secundário no Brasil. Elaborado em 1831, a partir da tradução do *Résumé de l’histoire Du Brésil*, de Jean Ferdinand Denis (1798-1890), teria, três anos depois, uma segunda edição, que seria adotada como manual de História do Brasil no Imperial Colégio Pedro II. No seu Resumo, Bellegarde já advertia seus leitores que se tratava de uma tradução, porém, corrigida e aumentada pelo fato de que o original era por muitas vezes inexato. Neste texto pretende-se analisar a primeira tentativa de se estabelecer uma narrativa didática para a jovem nação brasileira, a partir da apropriação da tradução de um autor francês, elaborada por um major luso-brasileiro, tendo por referência teórica alguns dos pressupostos do crítico cultural jamaicano Stuart Hall, acerca da construção de narrativas nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Manuais de História do Brasil; Narrativa didática; Colégio Pedro II – IHGB.

ABSTRACT: Military Henrique Luís Niemeyer Bellegarde (1802-1839) was the first to write a work of history used to "educational" purposes in a secondary education institution in Brazil. Drawn up in 1831, from the *Résumé de l’histoire Du Brésil* translation, of Jean Ferdinand Denis (1798-1890), would, three years later, a second edition, which was adopted as Brazil

INAUGURANDO A NARRATIVA DIDÁTICA DA FUTURA NAÇÃO: A HISTÓRIA DO BRASIL NO COLÉGIO PEDRO II
(1840-1850),
DE LUÍS CÉSAR CASTRILLON MENDES

History Manual at Imperial College of Pedro II . In his Resume, Bellegarde already warned his readers that it was a translation, however, corrected and augmented by the fact that the original was by often inaccurate. In this paper we intend to analyze the first attempt to establish a didactic narrative for the young Brazilian nation, from the appropriation of the translation of a French author, drafted by a Portuguese-Brazilian major, with the theoretical reference some of the cultural critical assumptions Jamaican Stuart Hall, about the construction of national narratives.

KEYWORDS: History textbooks in Brazil; didactic narrative; Pedro II School – IHGB.

UM “BOM” COMPÊNDIO DE HISTÓRIA DO BRASIL

O Sr. Dr. Justiniano José da Rocha, fez sciente ao Instituto, que tendo sido nomeado pelo Governo, afim de leccionar um curso de Historia Patria no Collegio de Pedro 2º, achava-se, todavia, bastante embaraçado para preencher de uma maneira satisfactoria a nobre tarefa que lhe fôra encarregada, em razão de não existir ainda um bom Compendio de Historia do Brasil por onde se pudesse orientar, o que o obrigava a entregar-se ao arduo e penoso trabalho de folhear diversos authores, extractando delles com nímia difficuldade, o que lhe parecia mais veridico afim de preparar as suas lições (RIHGB, 1840, p. 145).

A epígrafe acima demonstra a falta de material didático acerca da História do Brasil no Colégio Pedro II, em seu terceiro ano letivo. Justiniano José da Rocha (1812-1862), que ao terminar o discurso, propôs ao Instituto que nomeasse uma comissão especial a fim de organizar um Compêndio da História do Brasil, foi nomeado em abril de 1838 para a cátedra de História [Geografia, História Antiga e Romana]. Nas suas aulas utilizava-se de manuais estrangeiros para a História

Antiga e Romana. Faltava, porém, um manual para a História Pátria, que essa cátedra também deveria contemplar, pois, pelas preocupações do professor, a História do Brasil era abordada de forma associada à História Geral, bem como à Geografia.

O Imperial Colégio Pedro II, fundado em 1837, no período regencial, momento em que dentre os diversos projetos políticos possíveis para o Brasil, consagrou-se a opção regressista-centralizadora, insere-se no contexto das medidas governamentais adotadas cujos resultados imediatos foram o surgimento de diversas instituiçõesⁱⁱ. O Colégio da Corte, um modelo a ser seguido pelas outras entidades de ensino, foi uma iniciativa do Ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850) e do regente Pedro de Araújo Lima (1793-1870), que instituiria, nos seus programas curriculares, o ensino de História ao longo de suas oito séries. Outra agremiação que merece destaque é o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, local que conduziu prioritariamente as discussões historiográficas até a criação das universidades nas primeiras décadas do século passado.

O militar Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde (1802-1839) foi o primeiro a “escrever” uma obra de história do Brasil utilizada como manual no Imperial

Colégio. Este foi elaborado a partir da tradução do *Resumo de História do Brasil* (1825), de Jean Ferdinand Denis (1798-1890), o melhor conhecedor na França, em sua época, da história, da geografia e da literatura brasileirasⁱⁱⁱ. Apesar de assíduo frequentador de notas de rodapé, ele não era o único autor a escrever sobre e conhecer o Brasil (RAEDERS *apud* ROUANET, 1991, p. 138).

Bellegarde veio para a América portuguesa na nau que transportou a família real, em 1807. Ainda jovem entrou para o corpo de artilharia do exército. Em 1821, já como oficial, serviu junto ao governador-general de Moçambique. Voltando ao Brasil em 1822, concluiu seus estudos na Academia Militar e em 1825 foi estudar na França, por conta do governo imperial. Graduou-se em Letras e tirou carta de engenheiro geógrafo. Em 1828 retornou à Corte, como major do exército, sendo designado para diversas obras, tais como a construção do farol de Cabo Frio, além de pontes e canais nos arredores do Rio de Janeiro (TAPAJÓS, 1998, p. 64-65).

No seu *Resumo*, Bellegarde, advertia seus leitores que se tratava de uma tradução, porém, corrigida e aumentada pelo fato de que o original “era por muitas vezes inexato e que todas as passagens estranhas ao *Resumo* francês estão em Góes, Rocha Pitta, Madre de

Deus, Aires de Casal, Lery ou Southey” (BELLEGARDE, 1831, p. 8). Denis não deixou de se mostrar indignado com tal atitude ao tomar conhecimento da tradução em 1839:

O indivíduo que tão estranhamente traduziu este livrinho, ou melhor, **que o desfigurou**, Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde, nasceu em Lisboa (...). Foram impressos mais de 1.500 exemplares desta **tradução ridícula**. (...) Em 1834, saiu no Rio de Janeiro uma segunda edição do *Résumé* com aprovação do governo para que este livro fosse adotado nas escolas. O tradutor **pôs uma nota engraçada** na folha de rosto, na qual anuncia que assume toda a responsabilidade pela obra; que é bem verdade que ele traduziu algumas páginas minhas, mas que comunicava esta circunstância somente por desengano de consciência, mas que definitivamente, como ele tinha visto compelido a fazer inúmeras correções no volume, não via absolutamente porque este não seria publicado em seu nome. **Que desfaçatez!** (...) **Este Niemeyer é um indivíduo impudente!** (DENIS *apud* ROUANET, 1991, p. 169-170) (Grifos meus).

Essa passagem pode ser indício que corrobora o fato de as publicações estrangeiras acerca do Brasil fossem interpretadas de acordo com a conveniência por parte dos brasileiros. Isto aponta para a necessidade de se fazer estudos futuros comparando os dois resumos: neste caso o francês e a sua tradução.

Partindo-se do princípio de que algumas traduções são (re)construções da obra original, pode-se inferir, até pela reação de Denis, que as correções e o aumento sofrido pelo seu *Résumé*, refletiram as preocupações do contexto vivido pelo major em 1831, um período conturbado pela abdicação de D. Pedro I, bem como do seu lugar institucional de pertencimento, no qual a produção historiográfica se efetivou, qual seja, o das forças armadas. O contexto e as preocupações certamente eram outras em 1825, ano de publicação da obra original, além de ser outra a nacionalidade do autor original.

A segunda edição, de 1834, é a que foi adotada como obra “didática” no Colégio Pedro II, entre 1841 e 1856 (DÓRIA, 1937, p. 49). Nela o tradutor queria que as modificações fossem mais contundentes, perdendo o caráter de mera tradução. Dividida em seis épocas ou capítulos, em um total de 286 páginas, trazia os conteúdos, em ordem cronológica desde *O Brasil antes*

da conquista até O Brasil Império constitucional independente. Na folha de rosto a inscrição *traduzida de M. Denis* foi simplesmente descartada. A obra ganhava contornos de uma criação própria do major-engenheiro, conforme explicado na introdução:

Havíamos em a nossa primeira publicação d’este Resumo, vertido algumas páginas do epítome francês de Mr. Denis, **razão por que em desencargo de consciência, a apelidamos tradução**. Agora, porém, melhor investigando acerca dos poucos fatos que daquele escritor transladamos, nos chegamos a convencer de que, sem embargo das **numerosas correções que por então lhes fizemos**, ficavam eles os menos circunstanciados de toda a obra: por isso, **abandonamos de todo o primeiro original, e compusemos a íntegra dessa segunda edição**, que damos ao público (BELLEGARDE, 1834, p. 1) (Grifos meus).

Uma rápida comparação entre as duas edições permite dizer que as modificações são mais formais do que de conteúdo. O major substituiu algumas palavras, eliminou alguns parágrafos e acresceu outros; mas principalmente alterou a ordem de alguns termos nas frases. Nada que alterasse o sentido. Nenhuma

mudança significativa entre as suas duas edições. Seus próprios contemporâneos, como José Ignácio de Abreu e Lima (1794-1869), autor do segundo manual adotado no Colégio, mencionavam que se tratava de uma tradução. Porém, se houve mudanças significativas seguramente foi com relação ao original em francês, pela reação negativa por parte de Ferdinand Denis.

De acordo com Circe Bittencourt, o *Resumo de Bellegarde*, depois de seu falecimento, teve outras edições com acréscimos e adaptações realizadas pelo seu irmão, o também militar Pedro de Alcântara Bellegarde (1807- 1864). Uma terceira edição saiu em 1845 e uma quinta e última em 1855, significando que o livro teve aceitação ao menos em escolas militares (BITTENCOURT, 2008, p. 137). Esta obra, vale evidenciar, começou a circular por elas, e talvez por muitas outras, antes mesmo da fundação do Pedro II, em 1837. Neste Colégio, conforme visto anteriormente, o *Resumo* foi adotado entre 1841 e 1856, quando então fora substituído pelo *Compêndio*, do general Abreu e Lima.

Uma análise temática do primeiro Manual de História do Brasil, ou seja, uma tradução, escrita por um militar e utilizado na instituição modelo de ensino na Corte será o objeto de um exercício analítico deste ensaio. Para tanto se utilizará dos pressupostos teóricos

desenvolvidos pelo crítico cultural jamaicano Stuart Hall, acerca da construção de narrativas nacionais (HALL, 2008, p. 47-65).

Vale lembrar que o manual do major engenheiro constitui um exemplo que denota a não influência do IHGB, pelo menos no processo de elaboração, já que foi produzida antes mesmo da fundação do Instituto, além disso, algumas vezes servia de parâmetro de comparação com outras obras do gênero ofertadas ao Instituto e recebia elogios por parte dos consócios nas reuniões quinzenais (Cf. MENDES, 2011). Outra lembrança digna de menção é que essa tradução ocorreu antes da publicação da *Dissertação* do naturalista bávaro Karl Friedrich Ph. von Martius na *Revista do IHGB*, que estipularia as diretrizes para a construção das futuras narrativas históricas.

O MAJOR ESCRITOR E A INAUGURAÇÃO DA HISTÓRIA “DIDÁTICA” DA NAÇÃO

Para Stuart Hall, a construção de identidades nacionais “imaginadas” perpassa por cinco pontos centrais: uma origem comum, um mito de fundação, um povo “puro”, tradições inventadas e o estabelecimento

de continuidades. Desta forma, para o teórico dos estudos culturais jamaicano, a narrativa da nação engloba esses itens e é contada e recontada nas histórias, nas literaturas nacionais, nas mídias e na cultura popular:

Estas fornecem uma série de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação. Como membros de tal comunidade imaginada, nos vemos, no olho de nossa mente, como compartilhando dessa narrativa. Ela dá significado e importância a nossa monótona existência, conectando nossas vidas cotidianas com um destino nacional que preexiste a nós e continua existindo após nossa morte (HALL, 2008, p. 52).

Fundamentado teoricamente na abordagem de Hall, pode-se pensar que na narrativa da nação monárquico-brasileira, efetuada pelo militar Bellegarde, estarão presentes os tópicos analisados pelo referido autor. Outro ponto a destacar é que a narrativa terá como princípio organizacional o advento da Independência. Dessa forma, de acordo com Valdei

Araújo (2008, p. 155), em um passado distante temporalmente, estavam os elementos fundadores da nacionalidade e a Independência tornava-se o marco de uma abertura epistemológica, um evento a partir do qual todo o passado colonial podia ser compreendido como a formação da nacionalidade. Assim, a Independência foi definida como princípio organizador da narrativa histórica, marcado pela continuidade da Casa de Bragança, porém sem a possibilidade de se confundirem as duas nações, portuguesa e brasileira. Firmava-se a compreensão de que os sentimentos de identidade nacional e o próprio processo de independência política estiveram sempre presentes ao longo da história colonial (ARAUJO, 2008, p. 160).

O fator decisivo para a construção da narrativa será a Independência política acontecida recentemente. A partir dela os eventos se encadearão na ordem cronológica. É a partir deste destino manifesto que os eventos, mesmo que estejam no distante passado colonial, adquirem sentido e as personagens nutrem sentimentos patrióticos bem antes do surgimento da pátria.

A seguir, os pontos constitutivos da narrativa nacional apontados por Stuart Hall, quais sejam: origem,

mito de fundação, estabelecimento de continuidades, invenção de tradições e um povo puro.

A ORIGEM DA NAÇÃO: O “DESCOBRIMENTO” DO BRASIL

Antes de contar a história do “Descobrimento”, o major escreveu sobre a situação do Brasil antes da conquista. De imediato chama atenção por dispensar 32 páginas já no início do livro, descrevendo algumas nações indígenas e inaugurando a sua obra com essa temática. Certamente devido ao interesse do autor da obra original.

Bellegarde tratou da conquista, na Segunda Época, intitulada “O Brasil conquistado pelos portugueses”. No mesmo capítulo foram abordados, além do descobrimento, em nove páginas, a colonização por meio das Capitânicas e o povoamento inicial (Espírito Santo, Pernambuco, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro). O “acaso” da “Descoberta” foi como uma espécie de recompensa, só cabível a quem sulcava os oceanos em tão longínquas paragens. Apesar de citar Vicente Pinzon, apenas Cabral tornaria útil à sua empresa à pátria, o que não aconteceu com o navegante espanhol:

Nos não sabemos se tal descobrimento, inteiramente filho de circunstâncias independentes de raciocínio, pode fornecer grande honra aos portugueses; mas he certo que elle so podia caber a quem ousado sulcava o oceano em tão longínquas paragens. O conhecimento da costa do Brasil se deve a Pedro Alvares Cabral, commandante da esquadra (BELLEGARDE, 1834, p. 40).

Interessante é a passagem sobre a colocação da cruz para a realização das primeiras missas:

Os cabocolos ajudarão a plantar esta cruz, que indicava ás Nações selvagens, que o paiz tinha cessado de pertencer-lhes, e que hum dominador na Europa decidiria sobre sua sorte futura (BELLEGARDE, 1834, p. 42-43).

Se estas nações eram “selvagens”, sem lei, sem fé e sem rei, nada mais natural do que perder o direito ao seu país para os “civilizados”, de acordo com o major. Dessa forma o termo “descoberta” torna-se útil, uma vez que expropria dos indígenas o direito de continuar com a propriedade de suas terras.

O autor evidencia ainda que o navegador Christovão Jaques, “o descobridor da Bahia,

estabeleceu uma pequena colônia, a qual nesta ocasião tomou o nome de Porto Seguro” e que explorou toda a costa até o estreito de Magalhães, assim como Américo Vespúcio, que fundou o primeiro estabelecimento na Bahia de Todos os Santos (BELLEGARDE, 1834, p. 45-46).

As representações de Bellegarde tornam-se “perigosas” na medida em que poderia promover disputas entre os protagonistas das empresas que formarão a futura nação brasileira nos trópicos. Os apontamentos do major seriam relativizados nos manuais subsequentes, como por exemplo, as *Lições de Macedo*. Cabral gradativamente iria vencer essa concorrência, já que fora o único que “provocou o anúncio solene por parte do rei de Portugal à Europa” (MACEDO, 1861, p. 31).

O MITO DE ORIGEM: A “INVASÃO” HOLANDESA

No capítulo (Terceira Época) intitulado “O Brasil no domínio hespanhol”, contendo 41 páginas, das quais 21 delas são destinadas às duas *invasões* holandesas. Bellegarde reservou espaço no capítulo para noticiar assuntos como povoações em Sergipe, Ceará, Rio Grande do Norte, Maranhão e Pará, bem como

incursões ao interior e viagem ao Amazonas. O major apontou os *invejosos estrangeiros* que tentaram se apoderar da América portuguesa. Dentre os citados, franceses e ingleses. *Aventureiros contra o “Brasil”* (BELLEGARDE, 1834, p. 74). Ao se referir aos holandeses como os *herdeiros da glória dos portugueses* (BELLEGARDE, 1834, p. 85), exaltou o domínio mercantil nas costas da Ásia.

A segunda invasão holandesa é caracterizada pelo autor como um dos períodos que mais interesse inspira na História do Brasil:

Hum povo pequeno e sem recursos, mas cheio do mais nobre patriotismo, vai combater a prol de sua independência, contra ávidos agressores, com tão assignalada valentia, que as mesmas tribus por elle opprimidas não hesitam em calar antiga inimidade, e concorrerem para fazer triumphar a mas illustre das causas. (...) attentem n’esta época de sua Historia: n’ella acharão feitos tão gloriosos como os mais gloriosos da antiguidade; aqui verão a Victoria reunir todas as raças que compõe a Nação, para as coroar com o mesmo louro (BELLEGARDE, 1834, p. 91-92).

O patriotismo, forjado diante da ameaça flamenca, calará antigas inimizades entre portugueses e indígenas a fim de que se possa triunfar a mais ilustre das causas. Desta maneira, o contexto pós-independência, vivido por Bellegarde, estará presente em sua narrativa antes da criação do Estado nacional brasileiro, como se os pernambucanos se sentissem brasileiros e a reunião das raças da nação seria coroada com o mesmo louro.

O autor destaca os protagonistas de seu épico: os lusitanos Mathias de Albuquerque e João Fernandes Vieira, o indígena Filipe Camarão, da tribo Potiguar, que tantas baixas infringiram aos conquistadores, e o “preto Henrique Dias, que mostrou que o heroísmo pertence a todas as raças” (BELLEGARDE, 1834, p. 103). Destaque também para o *pardo traidor* Domingos Fernandes Calabar, que passara para o lado do inimigo e ao descaso da Espanha que praticamente não mandava reforços para a peleja.

O desfecho final dessa guerra aconteceu no período em que a América portuguesa volta ao domínio português, agora sob a Casa de Bragança. Bellegarde inicia o novo capítulo, cujo título é “O Brasil livre do jugo da Hespanha”, atacando a tirania dos Filipes, que abateu o ânimo lusitano, contudo sem degradá-lo. Continuando

sua reflexão, o major relata que o ódio aos espanhóis e o amor da independência não deixaram os peitos portugueses durante os sessenta anos de opressão pelos injustos ferros estrangeiros (BELLEGARDE, p. 113-114).

A tirannia dos Filippes havia abatido mas não aviltado o animo lusitano; o ódio aos Hespanhoes, e o amor da independencia, não deixarão hum momento os peitos portuguezes durante 60 annos que sua illustre Patria jaseo oppressa pelos injustos ferros estrangeiros (BELLEGARDE, 1834, p. 117).

Nos montes Guararapes ficaram registrados os atos heroicos e o desfecho dos sete anos de guerra. Portugal é absolvido por não enviar esforços, devido às circunstâncias, por meio das benesses oferecidas aos combatentes. João Fernandes Vieira recebeu o título de libertador do Brasil. Apesar da invasão, o autor reconhece as melhorias efetivadas pelos holandeses, sobretudo pela atuação de Maurício de Nassau (BELLEGARDE, 1834, p. 130).

O episódio das lutas entre holandeses e portugueses gerou tensões no processo de construção da narrativa da restauração ocorrida no século XVII.

Duas reivindicações entraram em disputa no século XIX: a primeira, de caráter regional, buscava caracterizá-la como evento símbolo do histórico de lutas contra os poderes centralizados lusitano e depois brasileiro. Outra, a partir da Corte, liderada por Varnhagen e o IHGB, visava elevá-la enquanto mito fundacional da nação (Cf. RIBEIRO, 2015).

De acordo com Evaldo Cabral de Mello (1986, p. 13-15), o nativismo pernambucano considerou-se herdeiro da restauração, servindo de exemplo para os diversos levantes durante os séculos XVIII e XIX. A fundação do Instituto Arquelógico e Geográfico de Pernambuco (IAGP), em 1862, com o intuito de se preservar a memória restauradora, aconteceu logo após as visitas de Pedro II, em 1859, e Varnhagen, em 1861, que “havam embarçado os brios provinciais ao pôr em relevo o abandono a que haviam sido relegados os vestígios do passado e ao indicar a ignorância que pesava sobre eles” (MELLO, 1986, p. 61). Para Mello, havia a necessidade naquele momento de “dar-se a versão pernambucana dos fatos cruciais da história para evitar que ele fosse escrita sob critério estranho” (MELLO, 1986, p. 62).

A versão pernambucana deveria se contrapor à versão imperial construída pelo visconde de Porto

Seguro e o “critério estranho” refere-se ao tratamento negativo dispensado na obra ao episódio da revolução de 1817, assim como aos outros levantes. O que estava em disputa entre os pernambucanos e os fluminenses era o *status* de estar autorizado para a concatenação dessas histórias regionais em uma história nacional dotando-a de sentido, prerrogativa exclusiva do Instituto.

Para Marcela Irian Machado Marinho, o episódio pode servir para identificar uma identidade distinta no interior de um mesmo território nacional, preocupada com o regionalismo e o nativismo pernambucano. Dessa forma, as identidades culturais emergem “através das disputas de forças entres os tempos diversos, passado e presente, por meio um elemento fundador comum tanto do nativismo pernambucano quanto da nacionalidade brasileira” (MARINHO, 2014, p. 70).

INVENTANDO TRADIÇÕES: TERRITÓRIO E FRONTEIRA E O DESENHO DA NAÇÃO

O processo de construção discursiva da raia fronteira brasileira associada à manutenção da unidade territorial e, ainda, marcada pela continuidade

da Casa de Bragança na América possibilitou a criação de uma tradição na política do território e da fronteira fundamentada no acúmulo de vasta documentação e atuação diplomática. Ao longo do século XIX foi-se inventando uma espécie de tradição, nos termos de Hobsbawm e Ranger (1997, p. 9), acerca desse tema vital para a manutenção do Império nos trópicos. Assim, a política de fronteiras refletiu um conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica, que objetivaram inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, a qual, automaticamente, implicava continuidade com um passado histórico adequado.

A diplomacia brasileira, herdeira da tradição portuguesa, justificava a manutenção do território e demarcava suas fronteiras baseadas no desenho estabelecido pela natureza, anterior às demarcações setecentistas, ou pelo direito ao *uti possidetis*, ou ainda, subsidiada em vasta documentação que continham detalhados esquadrinhamentos do território. Por isso, as expedições exploratórias ao interior do Brasil colônia tornavam-se prioridade do IHGB, por meio da divulgação na sua Revista trimestral. Todo o esforço empreendido pela metrópole lusitana seria ressignificado ao longo do século XIX, nas palavras de Peixoto (2005, p. 1), por uma interpretação que

entendeu os contratos de limites como se fossem registros e testemunhos do nascimento, crescimento e amadurecimento da nação.

Estabelecer-se-ia assim o futuro território nacional como um todo coerente, estruturado pela própria natureza, ocupado pela marcha da colonização e legitimado pela letra do Tratado entre as Coroas portuguesa e espanhola (MAGNOLI, 1997, p. 11). A linha demarcatória “artificial” de Tordesilhas era burlada pelos lusitanos em prol da identificação com as fronteiras desenhadas pela natureza, nas quais as águas seriam as melhores raias. A ilha Brasil invocava uma verdade prévia, anterior à história, uma terra preexistente, de um lugar de contornos definidos, de uma entidade indivisível. O Brasil erguia-se como uma realidade geográfica anterior à colonização.

Bellegarde vai chamar atenção para as fundações de Santa Catarina, Alagoas, Minas Gerais e também da Colônia do Sacramento. Porém, com relação aos paulistas o tom é apologético: os *célebres colonos* (BELLEGARDE, 1834, p. 153), e de exaltação ao projeto das bandeiras:

Imagemem-se estes exploradores, percorrendo paizes sobre os quaes nao tinham outros

indícios mais do que as informações vagas, e muitas vezes falsas, dos Indígenas; vivendo annos inteiros no centro das medonhas matas, do producto da caça, ou recorrendo a peniveis culturas, para poderem subsistir do deserto, e se fará exacta idéa do character d'estes homens emprehendedores, a quem a ambição tornava mais perseverantes (BELLEGARDE, 1834, p. 138).

Apesar de denunciar o caráter ambicioso dos paulistas, o major engenheiro exalta o sofrimento desses empreendimentos que tanto asseguraram a conquista do interior do território.

CONTINUIDADES: A INDEPENDÊNCIA POLÍTICA

O fato acontecido a sete de setembro abriu um novo horizonte de expectativa para a então ex-América portuguesa. Urgia a necessidade de se criar e legitimar uma nação para o recém-criado Estado monárquico brasileiro. Apesar da manutenção da continuidade, a Independência forneceu fissuras a ponto de reordenar as narrativas historiográficas, tornando-se princípio organizativo, conferindo sentido para essa nova ordem

do tempo, conforme visto anteriormente. A tensão entre a herança colonial, a continuidade monárquica e a necessidade de se criar especificidades, vão ser as tônicas dos manuais de história do Brasil. No primeiro deles, assim se expressou o autor:

Entre os espetáculos que mais enlevão na Historia das nações, se distinguirá sempre a Independencia do Brasil. A **heroica revolução** d'esta **a mais preciosa porção da América**, conseguindo a regeneração de hum Povo ardente e nobre, curvado por 3 longos séculos ao duro rigor colonial, apresenta a singular circumstancia de ter por Chefe **aquelle mesmo Principe**, a quem **por direito indisputavel**, tinha de primeiro caber a Corôa do Tríplice Imperio. Tal foi o dote, que só ao selecto Brasil concedeo a Providencia, nas austraes regiões do Novo Mundo, para subtrair á **deplorável sorte de seus míseros visinhos** (BELLEGARDE, 1834, p. 211-212) (Grifos meus).

Henrique Bellegarde observou que a partir de 1808, com a mudança da sede da Monarquia portuguesa e a liberação dos portos do Brasil, aconteceu o “estabelecimento da primeira Corte monárquica do Novo Mundo” (BELLEGARDE, 1834, p. 179). Figura

central nesse processo, Rodrigo de Souza Coutinho, responsável por medidas essenciais ao funcionamento do governo, tais como a abolição dos obstáculos que tolhiam a indústria, incentivo à agricultura, instalação de fábricas, navegação, escolas médico-cirúrgicas, Tribunal encarregado de vigiar o comércio, Arquivo militar e Tipografia (BELLEGARDE, 1834, p. 181).

Ao mesmo tempo em que descreveu essas medidas, inseriu episódios conflituosos como a guerra no sul com Montevideu, a Revolução pernambucana de 1817, as insurreições na Bahia, no Pará e novamente em Pernambuco em 1821, assim como destacou a “activissima vigilância do Príncipe D. Pedro, solícito em garantir o Estado e El Rey seu Pay, de qualquér terrível conflito” (BELLEGARDE, 1834, p. 208).

Esses levantes, brevemente relatados pelo major, principalmente nas províncias do norte “desobedecendo o príncipe regente”, são vistas como rebeldia e insensatez cometidas contra a instalação do Império brasileiro e que são contidas pela atuação do agora Imperador Pedro I, figura central no desenrolar dos acontecimentos:

O Príncipe, em rápida viagem áquella Provincia [Minas Gerais], conciliou as facções, e as fez

entrar na obediencia. (...) Na Provincia de S. Paulo (...) o Regente conseguiu com sua presença, e com adequadas providencias, aplacar os ânimos. (...) Entre tanto, nas Provincias do Norte, partidos dissidentes embargavão que ali vingasse a frondosa árvore dos Campos do Piranga (BELLEGARDE, 1834, p. 215-218).

E, como a discórdia havia penetrado até ao “santuário augusto da lei e o Imperador convencido de que o procedimento destes poucos representantes da nação tendia a destruir o poderio que lhe havia conferido a unanime vontade brasileira, resolveu aniquilar a Assembleia” (BELLEGARDE, 1834, p. 230).

O major Bellegarde exaltou os feitos do príncipe regente, apesar de sua obra ter sido publicada em 1831, em pleno contexto da Abdicação. O protagonismo de Pedro I foi imortalizado na tela *Independência ou morte!*, de Pedro Américo (1843-1905), finalizada em 1888. Na narrativa imagética aparece o príncipe forjando simbolicamente a futura nação brasileira, ao lado dos dragões de Independência, em 7 de setembro de 1822. Dificilmente se encontra livro didático que não tenha essa iconografia no capítulo referente à emancipação política brasileira.

OS EMBARAÇOS DA CIVILIZAÇÃO: UM POVO “PURO” E ORIGINAL

O grande problema que se impunha para o candidato a escrever a tão desejada narrativa imperial foi justamente a composição do povo brasileiro, pois, de acordo com Stuart Hall (2006, p. 55), a identidade nacional fundamenta-se na ideia de um povo puro, original. O indígena contemporâneo era mal visto e o negro trazido do continente africano, ignorado. O grande contingente de negros e de nações indígenas espalhadas pelas diversas províncias inviabilizaria a formação do povo nacional, que na medida do possível deveria ser “puro”, ou seja, branco, conforme o exemplo das nações na Europa.

Henrique Bellegarde destaca, já no primeiro capítulo, que as nações indígenas, denominadas por ele de *americanos*, tiveram suas populações reduzidas rapidamente e contraído moléstias importadas dos europeus. Ele descreve costumes, práticas e curiosidades de forma hierarquizada, como não poderia deixar de ser; porém dedicou-lhes várias páginas destacando especificidades culturais das diversas nações. O major adverte que “He interessante recorrer ás verdadeiras origens, e conservar com escrupulosa

exactidão os principaes vestigios das Hordas indigenas, com especialidade d’aquellas que tem cessado de existir” (BELLEGARDE, 1834, p. 11).

Inicialmente Bellegarde dividiu essas nações em dois grandes grupos: Tupis e Tapuyas, sendo, segundo ele, o subgrupo Tupinambá o mais célebre. O major descreve que todas têm propensão para a vida errante e independente. Descreve também as suas habitações, cujos principais materiais eram a taquara e o coqueiro, possuíam religião, cuja figura principal era o pajé e forma de governo com um *chefe civil* e grandes conselhos. Em caso de guerra os combatentes nomeavam o chefe que os conduzia à peleja e a autoridade desse *general* cessava com o término da guerra (BELLEGARDE, 1834, p. 18-19). Aborda também o “sacrificio dos prisioneiros e os repugnantes festins em que estes miseraveis serviam de pasto a seus rivaes, apesar do condenado gosar até aos últimos instantes, dos praseres da vida” (BELLEGARDE, 1834, p. 20-21).

Bellegarde observou que a chegada dos lusitanos viria alterar essa lógica da vingança entre as nações, aos prisioneiros que caíam nas mãos do inimigo. Este agora preferia vendê-los como escravo. Interessado em descrever os diferentes grupos remanescentes, o autor adverte que é difícil estabelecer de maneira

incontestável o lugar de domínio de cada povo por ocasião da *descoberta* e quase impossível fazê-lo para épocas anteriores. Em seguida começa a elencá-los adjetivando-os: Carijós (conquistados facilmente); Tamoyos; Goytacases, os únicos a deixar monumentos a excitar a curiosidade dos antiquários; Goyanases, que foram aniquilados; Tupiniquins ou Tupinaes, que acolheram o almirante Cabral; os *ferozes* Aymores, na qual os *próprios selvagens os olhavam como irracionais*; Papanases; Tupinambás, de quem os portugueses obtiveram as maiores vantagens; Amapiras; Ubirajarás; *terríveis* Cahetés; Pitagoares, *amigos fiéis dos franceses*; Guaycurús, índios cavalleiros, e os Payagoás, que fizeram *cruel e prolongada guerra aos descobridores*.

Na segunda edição (1834), a que foi utilizada como manual didático, alguns eufemismos foram introduzidos, como no trecho a seguir:

Aqui se deve fixar a **aniquilação** das duas maiores Nações Indigenas ainda existentes... (BELLEGARDE, 1831, p. 66).

Aqui se deve fixar a **emigração** das duas maiores Nações Indigenas ainda existentes... (BELLEGARDE, 1834, p. 70) (Grifos meus).

Em relação ao episódio dos Palmares, Bellegarde destinou um subtítulo da quarta época, denominado “Negros de Palmares”. Em cinco páginas, apesar de registrar que se tratavam de fugitivos da escravidão, “bem vezes insupportavel pela tirannica injustiça de seus senhores”, não deixa de registrar que a colônia africana tomou um aspecto *florescente e terrível* (BELLEGARDE, 1834, p. 141-142). Ao se referir à morte do líder Zumbi e de seus *audases africanos*, o major assim encerra o assunto:

Este acontecimento deo lugar a hum d’aquelles rasgos que attestão ser o verdadeiro valor o mesmo em todas as especies do genero humano. Zumbé vio os ferros que se lhe destinavão, e seus companheiros lendo nos olhos do Chefe o horror que lhe inspirava o captiveiro, souberão imita-lo, e morrerão, despenhando-se do cume de hum alto rochedo (BELLEGARDE, 1834, p. 144).

Ao final do percurso trilhado pela história traduzida a partir do Resumo de Ferdinand Denis, estudada no Colégio Pedro II, observa-se que ela se apresentou permeada por preocupações de ordem geopolítica e identitárias, nas quais são evidenciadas

questões sobre a origem, mito fundacional e invenção de tradições, marcadas pela continuidade com a casa de Bragança. As ameaças a essa ordem imaginada, como as “invasões” francesas e holandesas e as insurreições provinciais do período regencial, foram contestadas e “pacificadas” nas narrativas. O feito heroico dos protagonistas, na maioria das vezes, o branco europeu foi privilegiado, principalmente nas batalhas contra os estrangeiros.

Dentre esses personagens, apesar de rápidas menções a personagens não brancos como Henrique Dias, Filipe Camarão e Zumbi, prevalece a enorme ênfase ao agente colonizador português e seus descendentes. O primeiro Imperador tornou-se uma das figuras de maior destaque, assim como Cabral, o descobridor, João Antonio Vieira, libertador de Pernambuco e o “pacificador mor” Luís Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias.

A descrição dos costumes dos indígenas possui a função utilitária de um conhecimento hierarquizado e classificatório, com uma possível utilização para trabalho compulsório. Os negros foram silenciados, aparecendo sem nomes e quando são indicados individualmente, como no caso do preto Henrique Dias, segue-se sempre uma explicação: de que se trata de

uma exceção à regra, pois algumas vezes a coragem se faz presente também em *outras cores*.

REFERÊNCIAS:

ARAUJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. Cairu e a emergência da consciência historiográfica no Brasil (1808-1830). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira et al (Org.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, FAPERJ, 2011, p. 75-92.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. (Org.). **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo, Cortez, 2004.

_____. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (Coleção História da Educação).

DENIS, Ferdinand. **Résumé de l'histoire Du Brésil** suivi Du Résumé de l'histoire de La Guyane. Paris: Lecointe et Durey libraires, 1825.

DORIA, Luis Gastão Escragnolle. **Memoria Historica do Collegio de Pedro segundo** (1837-1937). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

HOBBSAWM, Eric J.; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Ed. UNESP, Moderna, 1997.

MARINHO, Marcela Irian Machado Marinho. **Francisco Adolfo de Varnhagen, a narrativa do episódio da invasão holandesa e o mito fundacional do Brasil: fato, temporalidades e sujeitos históricos e as suas ressonâncias no ensino de história**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2014.

MARTIUS, Karl Friedrich Phillip von. **Como se deve escrever a história do Brasil**. RIHGB. Rio de Janeiro, tomo 6, 1844, p. 381-403.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1986.

MENDES, Luís César Castrillon. **Publicar ou Arquivar?** A Revista do IHGB e a escrita da História Geral do Brasil (1839-1889). Dissertação de Mestrado em História. UFMT, Cuiabá, 2011.

RIBEIRO, Renilson Rosa. **O Brasil inventado pelo visconde de Porto Seguro: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção do Brasil Colonial no Brasil Império (1838-1860)**. Cuiabá: Entrelinhas, 2015.

ROUANET, Maria Helena. **Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional**. São Paulo: Siciliano, 1991.

TAPAJÓS, Vicente (Org.). **Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros; sócios falecidos entre 1839 e 1860**. Rio de Janeiro: IHGB, 1998.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Historia Geral do Brazil**. Madri, Imprensa da V. de Dominguez, 1ª ed., 1854, tomo I, 1857, tomo II.

INAUGURANDO A NARRATIVA DIDÁTICA DA FUTURA NAÇÃO: A HISTÓRIA DO BRASIL NO COLÉGIO PEDRO II (1840-1850),
DE LUÍS CÉSAR CASTRILLON MENDES

Fontes:

BELLEGARDE, Henrique Luís de Niemeyer. Resumo da historia do Brasil até 1828, traduzido de M. Denis, correcto e augmentado. Rio de Janeiro: Typographia de Gueffier E C^a., 1831.

_____. Resumo da historia do Brasil. Obra adoptada pelo governo para uso das escolas. Rio de Janeiro: Typographia de R. Ogier, 1834.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Lições de história do Brasil para uso dos alumnos do Imperial Collegio de D. Pedro II. Tomo 1. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1861.

RIHGB Ata da 32^a sessão, em 08 de fevereiro de 1840. Rio de Janeiro, tomo 2, 1840, p. 145.

Recebido em: 30/05/2016

Aprovado em: 01/06/2016

Publicado em: 30/07/2016

INAUGURANDO A NARRATIVA DIDÁTICA DA FUTURA NAÇÃO: A HISTÓRIA DO BRASIL NO COLÉGIO PEDRO II (1840-1850),
DE LUÍS CÉSAR CASTRILLON MENDES

NOTAS

ⁱ Bolsista Fapemat/Capes

ⁱⁱ Criado num dos momentos particularmente conturbados da história do Brasil, desempenhou importante papel no processo de consolidação do Estado imperial, ao lado de outras instituições tais como a Academia Imperial de Belas Artes (1826), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) e o Arquivo Público do Império (1838).

ⁱⁱⁱ Para Maria Helena Rouanet, esta frase parece ter “caído no domínio publico”: todos a disseram, embora com algumas modulações. O nome de Denis é a chancela que dava aos livros europeus acerca do Brasil, ou da América do Sul, o exigido atestado de confiabilidade. Conferir: ROUANET, 1991, p. 137-145.